

**BRASILEIROS E BRASILEIRAS:  
GÊNERO, RAÇA E ESPAÇO PARA A CONSTRUÇÃO DA  
NACIONALIDADE EM CASSIANO RICARDO E ALFREDO ELLIS JR. \***

Candice Vidal e Souza \*\*

**Resumo**

Este artigo discute, a partir de dois autores significativos do pensamento social brasileiro – Cassiano Ricardo e Alfredo Ellis Jr. –, a relação entre gênero e raça como categorias de ordenamento dos discursos construtores da Nação. Estes ensaístas representam uma vertente de imaginação do Brasil que procura pela gênese da nacionalidade nos momentos fundadores de sua geografia e configuração demográfica. Pretende-se pensar de que maneira a geografia imaginativa neles existente – dividindo o Brasil em sertão e litoral – oportuniza os códigos de gênero e raça para indicar lugares físicos e cívicos para mulheres, homens, negros, brancos e mestiços.

**Palavras Chave:** pensamento social, raça, gênero, nação

**“MALE AND FEMALE BRAZILIANS”:  
GENDER, RACE AND SPACE IN NATION-BUILDING CASSIANO  
RICARDO AND ALFREDO ELLIS JR.**

This article, based in two important Brazilian social thinkers – Cassiano Ricardo e Alfredo Ellis Jr. – discusses the relation between gender and race as central categories for the organization of nation-building discourses. These essayists represent a search for the nation's genesis through the imagination of the fundamental moments of its geographic and demographic configuration. The intention is to reflect about the ways in which an imaginative geography – which divides Brazil between “hinterland” and “coast” – is constructed, and allows codes of gender and race to indicate physical and civic places for women, men, blacks, whites and “mestizos”.

---

\* *Cadernos Pagu* (6/7) 1996. Trabalho apresentado na XX Reunião Brasileira de Antropologia como parte da programação do GT “Gênero e Raça” e I Conferência: Relações Étnicas e Raciais na América Latina, em abril de 1996. Agradeço a Mireya Suárez, que muito me ensinou a olhar o pensamento social brasileiro, e a Patrícia Birman, pela gentileza em contribuir com sua leitura.

\*\* Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília e professora assistente da universidade de Goiás.

Brasileiros e Brasileiras...

As representações da Nação constituem artefatos culturais que se revelam profícuos objetos de investigação antropológica. A densidade simbólica presente nos processos de afirmação de nacionalidades evidencia o quanto as sociedades contemporâneas estão empenhadas em imaginar-se como comunidades-Nação. No exercício ininterrupto de modelagem das fronteiras do grupo nacional, os discursos construtores da imagem da Nação ideal se utilizam de variados códigos demarcados de inclusão e exclusão. Ou seja, criar uma Nação supõe a formulação de critérios para o pertencimento a esse coletivo.

No entanto, como sugere o bem-sucedido trabalho de Benedict Anderson<sup>1</sup>, o estilo em que as comunidades são imaginadas difere no espaço e no tempo. Tornando-se estilo como forma específica de elaboração da matéria-prima pré-existente para a fabricação da idéia de uma nacionalidade. Uma das condições básicas seria um território, habitado por uma determinada população. Porém, a semantização do “dado” pela cultura faz com que a evidência de que há pessoas vivendo em algum espaço seja convertida em singularidade. No pensamento nacionalista, imediatamente se transforma em uma combinação irreproduzível: o território, o povo e a cultura.

Desde que a identidade nacional é um fenômeno cultural experimentado por homens e mulheres, cabe localizar que diacríticos são reunidos na configuração da unidade de uma Nação. Por quais eixos simbólicos-ideológicos se funda o sentimento de participação em uma sociedade nacional? As respostas devem respeitar, então, o estilo próprio das ficções de cada Estado-Nação. Neste trabalho, procura-se pelas temáticas organizadoras da idéia de nação brasileira conforme explicitadas em textos fundadores de modos de interpretação do que seja o brasileiro. Os arranjos dos núcleos estruturantes da imagem de nação informam sobre as rotas privilegiadas pelo pensamento social brasileiro para oferecer à audiência a versão adequada ou a definição autorizada dos distintivos culturais do povo deste lugar.

As pistas para acompanhar a narração histórica do drama nacional brasileiro serão dadas pela relação entre **raça e gênero** como

---

<sup>1</sup> ANDERSON, Benedict. Nação e Consciência Nacional. São Paulo, Ática, 1989.

categorias de ordenamento dos discursos construtores da Nação. Devem ser investigadas as razões da oportunidade dos significados vinculados à raça e ao gênero para a eficácia retórica do nacionalismo. Exige-se, porém, que sejam recuperadas as características próprias dos processos de enunciação de identidades, especialmente quando remetidas a contextos de unidade políticas nacionais. Encontrando, assim, os requisitos para a efetivação do reclame por uma nação autônoma e singular. Através da “funcionalização” simbólico-ideológica dessas representações sobre a Nação podem ser buscadas as similaridades com a ativação de identidades de raça e gênero. Sendo possível interpretar a sua incorporação na transmissão de visões sobre quem são os brasileiros e brasileiras, segundo se encontram construídas em textos que trazem versões sobre os papéis históricos destinados aos personagens masculinos e femininos em narrativas criadoras de um discurso a respeito do Brasil.

Pela amplitude de autores com preocupações “nacionais”, selecionou-se os trabalhos de Cassiano Ricardo e Alfredo Ellis Jr.<sup>2</sup> – *Marcha para Oeste* (1940) e *Os Primeiros Troncos Paulistas* (1934), respectivamente – pela convergência de temáticas usadas para pensar a Nação, mas sobretudo pelas implicações diferenciadas das proposições ideológicas de cada autor. O alcance mais totalizador e supra-regional de *Marcha para Oeste* contrasta com o caráter de ufanismo local/regional do livro de Ellis Jr. Contendo intencionalidades políticas próprias, a comparação dos modos de construção da nacionalidade brasileira expressos através do **gênero**, da **raça** e do **espaço** trazem problemas que auxiliam a crítica da produção acadêmica sobre gênero e nacionalidades – campo de estudos em constituição no cenário acadêmico.

---

<sup>2</sup> Estou ciente de que outros pensadores sociais brasileiros imaginam o Brasil como nação utilizando-se de categorias entrecruzadas de gênero e raça. Exemplos seriam Oliveira Viana com *Populações Meridionais do Brasil* e Vianna Moog com *Bandeirantes e Pioneiros*, nos quais podemos reconhecer discursos próximos àqueles localizáveis nos autores agora selecionados. Na verdade, a idéia de Brasil expressa em representações de gênero ainda é tema por desbravar. Pretendo, se tanto, apenas desbastar pequeno terreno dessa vasta “floresta de símbolos”.

Brasileiros e Brasileiras...

Ainda importa ressaltar na escolha dos textos a legitimidade de se pretender um estudo das representações simbólicas – propositivas de um **dever ser** – e de sistemas ideológicos – seu conteúdo político – através das narrativas da nacionalidade. Com o apoio das sugestivas orientações de Fredric Jameson<sup>3</sup>, o trabalho sobre gênero e nacionalidade em *Marcha para Oeste* e *Primeiros Troncos* supõe uma análise textual que não separa o simbólico e o ideológico, posto que são considerados como “meditações simbólicas sobre os destinos da comunidade; além do que, a forma narrativa é em si mesma ideológica com a função de inventar ‘soluções’ imaginárias ou formais para contradições sociais insolúveis”.<sup>4</sup>

Esta posição abandona a concepção usual de que a ideologia informa ou envolve a produção simbólica, como algo “por trás” que precisa ser desvelado através da retirada do disfarce que acobertaria o fundo ideológico dos discursos. Por esta via de compreensão da atividade de interpretação dos produtos culturais, ambiciona-se desmontar os constructos retóricos pela confrontação com uma dimensão real, existente fora do texto em um estado intocado e intencionalmente mascarada pelo autor.

No entanto, especialmente por tratar-se aqui com trabalhos que se definem como estudos históricos, o Real é percebido como parte ativa do texto, mas como uma referência transformada. Segundo Jameson, um Real construído e trazido para o texto, desde que a narrativa histórica, como ato simbólico e ideológico “começa por gerar e produzir seu próprio contexto, no mesmo momento em que sugere e em que se afasta dele, avaliando-o com vistas a seus próprios projetos de transformação”.<sup>5</sup> Nesse caso, os textos históricos sobre a Nação têm um estatuto de ficções sobre um real organizado pelo autor e apropriado por suas intenções argumentativas. Daí que não se pretenda um teste dos autores escolhidos quanto a impropiiedades ou

---

<sup>3</sup> JAMESON, Fredric. “Introdução”; “A interpretação: a literatura como ato socialmente simbólico”; e “Conclusão: a dialética da utopia e da ideologia”. In: *O inconsciente Político*. São Paulo, Ática, 1992.

<sup>4</sup> Id., ib., p72.

<sup>5</sup> Id.,ib., p74

incoerências factuais, mas tão somente acompanhar a elaboração de explicações sobre os eventos históricos que ganham significância para efeito de texto. Tendo claro também que o contexto interno próprio à narrativa deve ser minimamente referenciado ao contexto da produção que, de algum modo interfere no estilo e nas preocupações centrais dos trabalhos, tal como Cassiano Ricardo e Ellis Jr.

Tudo isso indica que os discursos que contêm idéias sobre o Brasil enfatizam problemáticas inquietantes para os intelectuais de um período específico; sujeitos, portanto, à variação histórica e às proposições diferenciadas dos grupos. Certamente, a urgência de definições sobre o Brasil sofre modificações de acordo com o ambiente histórico-político e o estado do desenvolvimento da consciência nacional. Podem ser destacadas épocas de acentuação do esforço intelectual para desvendar a essência do ser brasileiro. Os autores selecionados para os fins dessa exposição produziram em um dos ápices da intensificação da imaginação nacional: os anos 30, concebidos como o marco da efetiva integração do território pela atuação de um Estado com pretensões de homogeneização social e econômica do Brasil.

*Os Primeiros Troncos Paulistas* de Alfredo Ellis Jr. e *Marcha para o Oeste* de Cassiano Ricardo, apesar de diferenças notáveis quanto ao impacto e durabilidade de suas explicações, estão aproximados aqui pelo padrão de formulação do argumento e de expressão de suas concepções sobre a Nação. Esclareça-se: os autores procuram pela gênese da nacionalidade nos momentos fundadores da geografia e da configuração demográficas brasileiras. Desse modo, o ordenamento narrativo se baseia em temas como a **bandeira** e a **miscigenação**. Aparecendo agora um dos marcadores do estilo brasileiro de nacionalismo: a inclusão do espaço como significado cultural de constituição de identidade. A geografia será mais que um contexto de explicação para as diferenças de raça e gênero. Em verdade, essas idéias compartilham lugares centrais no imaginário nacional, impondo que se atente para a semântica do espaço em falas sobre as raças, o masculino e o feminino. Ou seja: de que maneiras a geografia imaginativa do Brasil está sobreposta ou concorre para

Brasileiros e Brasileiras...

potencializar os sentidos de raça e gênero quando tem a Nação como referente.

Na história das idéias ocidentais, o nacionalismo estaria facilmente localizado no campo intelectual do século XIX. Neste período, tornam-se hegemônicas as concepções organicistas da sociedade, que têm como centro a noção de desigualdade. Os sistemas filosófico-ideológicos formulados em reação ao igualitarismo iluminista estavam sensibilizados para a diversidade dos seres humanos que se impunha na observação empírica e não poderia mais ser negada em nome do abstracionismo igualitário-utópico.<sup>6</sup> No novo pensamento, a ênfase estava na singularidade e na especialização, distanciando-se da idéia de uma humanidade universal.

Em decorrência, produz-se um conceito de **sociedade como organismo**, baseada na diferenciação de funções harmonizadas em relação ao funcionamento do todo. As iniquidades entre os cidadãos seriam potencializadas pela distribuição de funções de acordo com aptidões e capacidades específicas. Preservando uma dimensão utópica, a ideologia das desigualdades projetava uma sociedade harmonizada pela hierarquização das iniquidades. A sociedade ideal seria movida pela cooperação entre partes dissimilares.

Neste momento, a totalidade que melhor expressa uma colaboração concertada de diferenças é a Nação. Especialmente sintetizada em Herder, a representação da nação como comunidade orgânica identificada por seu caráter singular pode ser reconhecida como pressuposto sociológico das ideologias nacionais. Imaginar a nacionalidade é traçar limites e fronteiras em uma unidade integrada pela comunhão de diferenças distintivas. O esforço coletivo proposto é, então, garantir uma homogeneidade de cultura e projetos compartilhados para a constituição da sociedade civil; a despeito das desigualdades, o sentido de nacionalidade garantiria a inclusão máxima.

---

<sup>6</sup> Para esta discussão recorro a MANUEL, Frank E. "From equality to organicism" In: HOROWITZ, M.C. (ed.) *Race, Class and Gender in 19<sup>th</sup> Century Culture*. Rochester, University of Rochester Press, 1992.

Importa observar que a defesa da desigualdade na organização política das sociedades convence, em grande medida, pela naturalização das diferenciações na participação dos sujeitos sociais. As instituições devem, então, obedecer a uma imposição natural e insuperável que cabe aos artífices da comunidade política aproveitar e direcionar para o melhor posto.

Portanto, o processo de constituição das nacionalidades ressalta pretensas substâncias de um povo determinado. A nação é um produto cultural que fundamenta a **essencialização do arbitrário**. Trata-se, então, de um campo do discurso e da ação social em que se ativa uma das estruturas centrais do pensamento ocidental – o essencialismo.<sup>7</sup> Simultaneamente um instrumento cognitivo e político, a propriedade do pensamento de atribuir fixidez a seres e a coisas é utilizada eficazmente na simbólica nacionalista. Conferir imutabilidade um estado de coisas, porém, pode ser operação efetuada em várias linguagens.

A dimensão organicista do nacionalismo se compatibiliza preferencialmente com os cognatos biológicos e naturalistas do essencialismo. A definição do cidadão nacional está fundada na suposta existência de determinações biológicas e/ou invariantes ontológicas responsáveis por suas características exclusivas. Neste sentido, parece justificado que a construção da identidade nacional recorra mais freqüentemente a uma linguagem biologizante, especialmente quando se trata dos discursos sociais produzidos em conjunturas intelectuais em que predominam as explicações sócio-biológicas da sociedade. Compatível com os propósitos essencialistas, o uso de temas como raça e sexo nas descrições do caráter nacional reforçam o sentido singularizante da ligação entre lugar e povo/cultura. Como bem observa Williams, “na conexão entre nacionalismo cultural e

---

<sup>7</sup> A discussão sobre o essencialismo é bastante vasta, especialmente quando referente às dimensões de gênero e raça. Para as pretensões desse artigo, considero ser suficiente a análise contida em GROZS, Elisabeth. “Conclusion: a note on essentialism and difference” In: GUNEW, S (ed.) *Feminism Knowledge. Critic and construct*. London/New York, Routledge, 1990.

Brasileiros e Brasileiras...

territorial, o sangue, e não a língua ou outros produtos culturais do 'gênio racial', permanece como sinédoque para identidade e pureza".<sup>8</sup>

O resultado mais curioso da presença de sentidos biológicos nos discursos políticos nacionalistas e nas narrativas da nacionalidade é a operação de essencialização e naturalização da cultura. Ou seja, o campo normalmente entendido como terreno das transformações humanas, plenamente livre para a criatividade e a intervenção social, adquire as características de fixidez da natureza. Desse modo, a estrutura de pensamento essencialista se exprime por imagens biológicas para comunicar diferenças culturais. Assim, a composição da comunidade nacional é imaginada como diversidades culturais geradas pela associação entre raça, gênero e regionalidade.

Especificamente no caso brasileiro, a essencialização envolve a noção de região que, "grosso modo", seria uma forma de atribuição de substância ao espaço interno à Nação. As implicações da perspectiva brasileira de se pensar como Nação serão esclarecidas adiante, lembrando-se aqui apenas a pluralidade de elementos que podemos estar sujeitos à fixidez pelos significados culturais subordinados à idéia de nação.

Seguindo as imprescindíveis indicações etnográficas de Louis Dumont<sup>9</sup> sobre o pensamento ocidental, a construção das nacionalidades como elementos da cultura opera classificações valorativas do mundo e das pessoas. Se para Dumont, "uma Nação não nasce de um simples tecido de solidariedades sem relação com os valores"<sup>10</sup>, a teoria da hierarquia parece ser uma abordagem poderosa para o fenômeno do nacionalismo. Mais: a concepção de Nação nas sociedades ocidentais seria um afloramento inegável da ideologia das desigualdades em um ambiente igualitário-individualista.

---

<sup>8</sup> (...) in the nexus of cultural and territorial nationalism, blood, not language or the other cultural products of 'racial genius', remains synecdochic for identity and purity". WILLIAMS, Brackette F. "A class act: Anthropology and race to race nation across ethnic terrain" Annual Review of Anthropology (18): 431, 1989.

<sup>9</sup> DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus*. São Paulo, Edusp, 1992

<sup>10</sup> Id., ib., p.359.

Desde que a atividade faz uma codificação do mundo através de classificações, posicionamentos e distinções, a invenção cultural das nacionalidades reproduz esses mecanismos básicos da cognição e atuação no mundo. A criação da Nação distingue quais são e como devem ser seus elementos formadores. Ao fazer demarcações o pensamento nacionalista rompe com a indiferenciação na atribuição de identidades coletivas; estabelece descontinuidades ao outorgar valor às diferenças. O que seriam apenas pessoas habitantes de um lugar, com a transformação valorativa ou hierárquica, são convertidas em integrantes de uma nacionalidade; portanto, sujeitos civis com posições determinadas na totalidade.

A noção de hierarquia é uma chave interpretativa para as narrativas do nacionalismo, visto que os discursos inventores da Nação são exemplos claros do “princípio de gradação dos elementos de um conjunto em relação ao conjunto”.<sup>11</sup> No caso que interessa – a nacionalidade brasileira – as diferenças de fenótipo, sexo e região são hierarquizadas quando referidas ao todo; imediatamente, com a intervenção do valor, deixam de ser moralmente neutras. Formular categorias de pertencimento à cidadania de um país embute, também, aspectos cognitivos/prescritivos decorrentes das indicações sobre o dever ser expressas na ideologia nacional.

Em termos de uma “política do simbólico”, a hierarquia torna legítimas e funcionais as diferenças. Acoplada ao essencialismo, que atua como um fixador de desigualdades, a hierarquização é um resultado encontrado nos mitos fundadores da nacionalidade, pondo em seus “devidos lugares” os homens e as mulheres de um mesmo organismo-Nação. Portanto, condensam-se nessa forma de constituição de identidades estruturas básicas do pensamento ocidental.

### **Gênero: uma linguagem para o nacionalismo**

As classificações de gênero invariavelmente percorrem a retórica de afirmação nacionalista. Contar histórias sobre a Nação

---

<sup>11</sup> Id., ib.,p.118

Brasileiros e Brasileiras...

implica a percepção de um público ouvinte composto de homens e mulheres. As narrativas formulam, então, um enredo capaz de acomodar na totalidade político-cultural mensagens relativas ao caráter da cidadania especificamente masculina e feminina. Homens e mulheres recebem tarefas civis diferenciadas, cuja definição pressupõe um conceito de gênero: os atributos do masculino e do feminino que indicam as atribuições apropriadas às suas capacidades e habilidades.

Aceito que o nacionalismo contém interpelações aos sujeitos enquanto homens e mulheres, pode-se tomar aqui dois caminhos. O primeiro deles é atentar diretamente para o conteúdo das narrativas, elucidando quais significados estão presentes em uma determinada versão da nacionalidade: como são os personagens de uma ficção autorizada sobre as fundações morais da Nação. O outro consiste em investigar os porquês da utilidade simbólica das imagens de gênero para expressar a identidade nacional. Enfim, as respostas à aproximação entre gênero e Nação apontam para os modelos de pensamento que destacam essas duas categorias para efetuar os processos de imputação e/ou auto-construção de identidades individuais e grupais. Daí que, logicamente, os supostos do imaginário nacional “genderizado” devam anteceder a interpretação microscópica de autores e produtos culturais particulares.

Foi antes dito que as estratégias de construção da Nação se utilizam de recursos de classificação cultural para amarrar ideologicamente as diferenças notadas na composição do povo nacional. Operam “posicionamentos” simbólicos em que se inserem o valor, elemento que marca desigualdades nos sistemas de pensamento. Está à disposição um reservatório de significantes “vazios”, selecionados pelos nacionalismos, que ganham um significado quando incluídos na estrutura simbólica característica de uma ideologia nacional específica. As categorias de gênero mostram-se especialmente requisitadas nesse processo de delimitação do grupo nacional.

A existência de machos e fêmeas parece ser a diferença que primeiro se coloca para a elaboração cultural. Desse modo, torna-se um dos “dados” naturais que sofrem imediatamente a impregnação do valor. As diferenças sexuais, então, passam a expressar

desigualdades entre as pessoas, configurando relações de gênero, que são a sua transcrição para uma linguagem simbólica e ideológica que viabiliza a compreensão coletiva dos valores imputados a homens e mulheres.

Assim, as desigualdades de gênero favorecem a construção e a comunicação de todas as outras desigualdades, pois as diferenças sexuais funcionam como o modelo irreduzível, de incontestável concretude, capaz de auxiliar na expressão de valorações postas sob outros rótulos. Compreende-se, portanto, a otimização dos potenciais classificadores do gênero pelas narrativas do nacionalismo. Afinal, a legitimação da ideia de uma Nação supõe a homogeneização ideológica de desigualdades pela totalidade inclusiva máxima que asseguraria a equidade no plano da cidadania nacional. Ou seja, todos os participantes da Nação coexistem com suas desigualdades postas em “funcionamento” na criação e no refazer incessante da nacionalidade, sendo que a concertação de valores/desvalores está unificada pelo princípio da igualdade básica dos nacionais enquanto responsáveis por contribuir com suas habilidades diferentes para a grandiosidade do coletivo.

O gênero, enfim, apresenta-se disponível como linguagem de enorme eficácia nas ideologias nacionalistas, desde que ambos são termos relacionais cuja identidade deriva de sua inserção em um **sistema de diferenças**.<sup>12</sup> Além de simbolizar a hierarquização dos cidadãos homens e mulheres, o imaginário de gênero contém as ferramentas para a essencialização de relações e posições pensadas como diferenças impostas pela natureza, a distinção entre o masculino e o feminino são metáforas perfeitas para a naturalização da personalidade nacional. Falar a homens e mulheres, avisando-lhes de sua missão civil, é dizer da naturalidade e imutabilidade de seus caracteres típicos como participantes de uma Nação, logo fixando-os como sujeitos com um tipo definido de consciência histórica, visão de autoridade e imagem de si.

---

<sup>12</sup> Cf. PARKER, Andrew *et alii*: “Introduction”. In: *Nationalism and Sexualities*. London/New York, Routledge, 1992

Brasileiros e Brasileiras...

Completando o efeito naturalizante da combinação ideológica de gênero e Nação, normalmente aparece a raça. Do mesmo modo, as características fenotípicas recebem significados nos discursos nacionalistas como categorias raciais também utilizadas para apontar e nomear referências já recobertas pelo valor. A raça, associada ao gênero amplifica a carga essencialista das identidades nacionais, além de ser mais um critério de hierarquização dos personagens da epopéia nacional.

Por conseqüência, apontam-se as ficções históricas da Nação como produtos culturais onde se condensam de forma privilegiada os resultados ideológicos do uso político das idéias pertencentes ao campo semântico do gênero e da raça. No enredo apresentado nas interpretações do ser nacional, os modos particulares de caracterização de homens e mulheres, pertencentes a raças determinadas, são listados em referência à totalidade política.

#### **Narrativas nacionalistas: O gênero nos mitos fundadores da Nação**

O Problema da nacionalidade se põe agudamente para as elites intelectuais de um território em processo de nacionalização. Os pensadores da Nação normalmente formulam suas interpretações próprias da história de sua constituição, bem como traçam os perfis humanos físicos e “psico-sociais” de suas populações. As modalidades de construção do texto são múltiplas, mas em sua maioria organizadas em estilo ensaístico – sociológico ou histórico. De qualquer modo, estruturam explicações que contêm intenções normativas, desde que estão informadas pelo objetivo maior de pensar o que é a Nação. Isto é, revelam escritores atuando na condição de cidadãos, preocupados com os destinos da nacionalidade.

No entanto, tais construções ficcionais da nacionalidade têm impactos diferentes no público. Há variações na aceitação, incorporação e banalização das versões sobre a identidade nacional oferecidas por esses textos. Nesse caso, algumas delas estabelecem-se como explicações dominantes ou hegemônicas tornando-se senso comum nas auto-definições dos cidadãos quando enunciam sua

identidade enquanto participantes de uma coletividade nacional. Cabe aqui a proposição de Robert Foster como lembrança da ambiência política e inerentemente conflituosa onde se estabelecem as narrativas da Nação; quando “as disputas em torno da definição da nação-como-comunidade são marcadas por disputas em torno da constituição de um passado autorizado e coletivamente compartilhado”.<sup>13</sup>

Em conseqüência, os autores constroem e privilegiam sua própria perspectiva narrativa como melhor porque mais verdadeira forma de se imaginar a comunidade nacional. Independente de estilos e lugares narrativos há uma estrutura de significados persistente em razão do comprometimento político acentuado desse tipo de texto com “missão cívica”. Como diz Layoun<sup>14</sup>, os narradores introduzem a proposta de uma gramática para a Nação, pois que a estória contada impõe o uso e o posicionamento correto e ordenado dos elementos constituintes da Nação.

As “gramáticas” nacionais, portanto, trazem regras que são condições necessárias para a invenção da Nação, apresentando requisitos para o uso adequado e o posicionamento admitido/permitido dos elementos formadores da nacionalidade. Assim é que nessas mensagens gramaticais cabem bem as formulações baseadas no código do gênero e da raça; as quais trazem um receituário legível de como devem ser encenadas as condutas cotidianas próprias de homens, mulheres, negros, brancos e mestiços.

Em específico, os narradores da nacionalidade brasileira escolhidos para este trabalho, por terem a preocupação com os contextos formativos e a origem da Nação, também são considerados *myth-tellers* ou *myth-makers*. Seus textos são peças míticas que totalizam um momento original de surgimento da brasilidade autêntica. Trazem, portanto, uma versão de como participam homens, mulheres e

---

<sup>13</sup> “(...) the struggles over the definition of the nation-as-community are marked by struggles over the constitution of an authorized, collectively held past”. FOSTER, Robert. “Making national cultures in the global ecumene”. *Annual Review of Anthropology* (20): 241, 1991.

<sup>14</sup> Cf. LAYOUN, Mary. “Telling spaces: Palestinian women and the engendering of national narratives”. In PARKER, Andrew et alii. Op., cit., p.411.

Brasileiros e Brasileiras...

raças no ponto zero do Brasil. Impregnados de metáforas que remetem a um profícuo imaginário de gênero, no qual estão atribuídos espaços destinados aos sujeitos. Aqui se textualiza a desigualdade de valoração do lugar apropriado a cada cidadão.

E mais: a fixação de identidades tendo como referência a organização nacional de um período histórico-político iniciador da Nação ganha um conteúdo essencialista. AS determinações dos primeiros tempos, em alguma medida, são pensadas no plano mitológico como atemporais e invariantes. Nas narrativas míticas da nacionalidade, a naturalização já emprestada das categorias de gênero e raça é intensificada quando estas participam de um texto com propósitos de recuperação de estado primevo do Brasil.

### **A imaginação da Nação brasileira: alguns temas**

Para se interpretar os mitos fundadores da nacionalidade brasileira é imprescindível que se pense sobre os componentes culturais que determinam o formato dos arranjos simbólicos da ideologia nacional. No caso, a semantização do espaço pela construção de regiões em uma geografia imaginada sobressai como uma das permanências organizadoras do pensamento social no Brasil. No sentido geral, essa característica confirma a afirmação de Dumont sobre a relação entre povo e território nos nacionalismos ocidentais:<sup>15</sup> "o território... se tornando com que atributo necessário de Povo, parte integrante do aspecto cognitivo e normativo do sistema (...)O território é um fator necessário de individualização do sistema." Contudo, é necessário precisar as características próprias do nacionalismo territorializado dos discursos brasileiro.

O fato histórico básico que percorre as narrativas é a ocupação espacial e o avanço das fronteiras políticas do Brasil, empreendida no período das bandeiras. Interessa lembrar que os bandeirantes da capitania de São Vicente, hoje São Paulo. Esta rota é pensada como via de conquista efetiva da nacionalidade, quando os brasileiros se

---

<sup>15</sup> DUMONT, L. Op. cit., p.367.

despregam do litoral para embrenhar-se nos sertões. Rapidamente, o litoral simboliza o lugar de estabelecimento da civilização, enquanto o sertão é o desconhecido, repleto de perigos, resistente ao domínio e ao amasiamento. Índios e características físicas se confundem com uma só natureza brutal e ameaçadora; são alvos, portanto, da conquista bandeirante.

O território pertencente ao Estado Nacional torna-se dualizado internamente. As implicações das metáforas resultantes do par litoral/sertão são vastas.<sup>16</sup> Vale lembrar somente que ao se colocar o estranho e o exótico contido nos limites do território nacional, de algum modo se põe a alteridade como parte da identidade. Ou seja, o sertão povoado de outros que se encontram freqüentemente com os habitantes do mundo conhecido e domesticado. Tomando-se o jogo nós/eles quando referido à Nação, os textos procuram definir o grau de identificação com os elementos constitutivos da brasilidade. Mapeando o território e suas populações, nomeiam quais tios sociais seriam mais desejáveis (na verdade, menos indesejáveis) para formar a sociedade-molde para a Nação.

A dicotomia litoral/sertão acompanha, então, as representações sobre o Brasil do período original, combinado-se às categorias de gênero e raça. Há esforço dos recursos simbólicos para comunicar a idéia de nação por meio de acréscimo dos espaços significantes. Neste caso, as narrativas indicam onde estão fisicamente homens e mulheres, e ao fazê-lo em termos de demarcação litoral/sertão também conferem valor. A geografia imaginada é ainda núcleo de representações de desigualdade: sertão e litoral trazem em sua enunciação endereços normativos ao povo da Nação. Designar espaços concretos é também posicionamentos morais, atribuir lugares fixos aos cidadãos na tarefa da nacionalidade. Enfim, o Brasil imaginado como conglomerado de desigualdades expressas no

---

<sup>16</sup> Trato mais detalhadamente do imaginário sobre sertão e litoral na construção da nação em minha dissertação de mestrado. VIDAL E SOUZA, Candice: "A Pátria Geográfica: as representações de sertão e litoral e a construção da Nação no Pensamento Social Brasileiro". Dissertação de Mestrado, Brasília, PPGAS/UnB, 1996.

Brasileiros e Brasileiras...

território, transformado por homens e mulheres, alguns de raça de gigantes e outros , talvez, de raça de anões.

### **Marcha para o Oeste**

Marcha para o Oeste<sup>17</sup>, de Cassiano Ricardo, tem polissemia das narrativas míticas pela intenção do autor em propor uma forma de ver o Brasil pelos determinantes espirituais centrais de sua cultura. Cassiano Ricardo, descreve a trajetória singular do povo brasileiro entre o litoral e o sertão, tomando o bandeirantismo como elemento formador não só do território mas também da nacionalidade. Para ele, a “federação subjetiva” que é a Nação dependeu da “conquista do mundo selvagem”, onde “três forças caminham juntas: a sexual, a econômica e a espiritual”.<sup>18</sup>

Dentre os muitos recortes possíveis no texto de Cassiano Ricardo, interessa enfatizar especialmente a concepção do autor para essa conquista pela força sexual. Nos trechos onde se trata explicitamente do tema, aparece sobretudo o tema da **mestiçagem**. Chegar ao sertão era inevitável oportunidade de cruzamento entre raças; esclarecendo-se que tal encontro responsável por nossa “biodemocracia” não se dava aleatoriamente. Os casamentos no sertão que aconteciam no rastro das bandeiras eram preferencialmente entre o “caraíba branco e mulher vermelha”. Mesmo não sendo uma situação normalmente ideal, as justificativas para as uniões inter-raciais estavam dadas pelo ambiente em que aconteciam: entregar-se às “Evas do mato” era uma das muitas “faltas que ocorriam por causa do sertão”. Ou seja, somente a permissividade da travessia para o interior favorecia tais encontros, donde se conclui que no litoral, onde estavam suas bases, as relações entre homens e mulheres seguiam outros padrões de comportamento.

No entanto, “tudo determinava esse cruzamento: o ardor polígamo ibérico, a natureza tropical cheia de ervas magníficas e

---

<sup>17</sup> RICARDO, Cassiano. Marcha para Oeste. Rio de Janeiro, José Olympio, 1940.

<sup>18</sup> Id.,ib.,p.61.

fáceis, a gostosura de um mundo sem preconceitos.”<sup>19</sup> Nessa zona livre, que se tornou o sertão, formou o tipo racial mais valorizado por Cassiano Ricardo: o **caboclo**, filho da bandeira. Contraindo-se assim ao litoral, onde predominava o **mulato**. Estendendo-se a interpretação em Cassiano Ricardo o valor maior da nacionalidade encontra-se no sertão; por isso, a definição do caboclo como tipo sertanejo quer dizer que ele é o melhor modelo racial para o Brasil. Homens e mulheres negros estão totalmente ausentes da narrativa, contudo aparecem valorados positivamente apenas enquanto participantes do bandeirantismo, quando parte da conquista do sertão. Neste caso, são personagens especiais os homens negros, já que a mulher negra é associada ao espaço do litoral.

A ralação enfatizada é mesmo aquela entre brancos e índias, símbolo maior do “casamento entre a cidade e o sertão”. Em *Marcha para o Oeste*, aparece claramente a associação entre mestiçagem e a união entre os dois espaços – litoral e sertão – numa espécie de **mestiçagem geográfica** em que a mediação se faz pelas mulheres índias.

Ao fim, Cassiano Ricardo define o que seria a célula da nacionalidade, a família do planalto, como mestiça, patriarcal, cristã. Simultaneamente, combina elementos de raça, gênero e religiosidade para fixar um padrão de organização familiar que funda o Brasil. Agora os mamelucos, filhos da bandeira, passam a habitar o planalto, já tendo ocorrido o cruzamento democratizante, auxílio na “eliminação de quistos étnicos.”

Voltando ao cenário da narração para o planalto, Cassiano Ricardo traz a personagem que se mantém no povoado todo o tempo da empresa bandeirante. A mulher branca, permanecendo como sustentáculo das famílias acéfalas do planalto, não contribui para a miscigenação. Em seu isolamento, o autor vê uma influência antidemocrática na constituição da Nação:

Parece que a mulher branca teve qualquer coisa de anti-democrático. A sua sociabilidade, o seu pequeno número nos

---

<sup>19</sup> Id., ib., p.98.

Brasileiros e Brasileiras...

primeiros tempos, uma certa distância que ela sempre guardou com referência a índios e negros, o regime patriarcal que a escondia aos olhos do visitante, a vaidade de só aparecer bem trajada nas festas sociais, o papel moral que ela representou perante os maridos polígamos, desembestados e ausentes do lar, todos esses motivos a tornaram naturalmente aristocrática. **Mas é justamente essa falta de mulheres brancas que democratiza a sociedade, pois obriga outros casamentos que não se dariam tão facilmente se as houvesse em grande número.**<sup>20</sup>

Está claro, no trecho acima, a descrição do lugar que cabe à mulher branca. Sua intocabilidade na sociedade do planalto é extremamente desejável, visto que a miscigenação só é pensada positivamente quando se dá na direção única de brancos homens com índias. É bom para a nação que não se alterem essas combinações e posições de “especialização de cada cor”. Na hierarquia racial e de gênero que é o Brasil bandeirante, manter esse arranjo é garantia para a preservação do ideal democrático que “modela fronteiras e almas” deste país.

No mais, o homem índio é um coadjuvante na empresa bandeirante, é o sujeito que guia o movimento do grupo bandeirante. O homem do sertão que se incorpora a outras raças na missão nacionalizadora, confraternizando sem se misturar às outras cores. O homem índio e o homem branco são descritos como parceiros na caminhada, estando o “vermelho” na posição de servidor dos chefes de bandeira.

### **Os Primeiros Troncos Paulistas**

Alfredo Ellis JR. com *Os Primeiros Troncos Paulistas*<sup>21</sup> cumpre o lema do Instituto Geográfico de São Paulo, desde a sua obra baseia-se

---

<sup>20</sup> Id., ib.,p.153(grifos meus)

<sup>21</sup> ELLIS JR., Alfredo. *Os Primeiros Troncos Paulistas* (e o cruzamento euro-americano).São Paulo, Companhia Editorial Nacional,1934.

na crença que “a história de São Paulo é a história do Brasil”.<sup>22</sup> Seu interesse é compreender as razões da eugenia paulista por várias perspectivas de investigação, sendo a reprodutibilidade e a composição racial um dos eixos determinantes daquilo que se tornou uma “raça de gigantes”. Pergunta-se pelas causas da “formidável superioridade paulista” que resulta no “imenso e descomunal desnível com as gentes brasileiras”. O autor está convencido de que as características do povo paulista, produto de uma seleção demográfica que preservou os mais aptos, justificam e sustentam o peso econômico de São Paulo em relação às demais regiões brasileiras.<sup>23</sup>

Ao se utilizar de temáticas associadas à conformação populacional, Ellis Jr. naturaliza uma tarefa supostamente reservada a São Paulo na condução do desenvolvimento nacional. A seleção demográfica que preservou os mais aptos reunindo no planalto a melhor composição humana já determinava o inexorável destino de liderança paulista frente às outras regiões brasileiras. Observando uma tendência contínua a um progressivo branqueamento, estabelece a diferença com o Nordeste, ao qual atribui o atraso econômico decorrente da predominância negra na miscigenação.

---

<sup>22</sup> MONTEIRO, Jonh M. “Caçando com gato: o problema da mestiçagem na obra de Alfredo Ellis Jr.”. Trabalho apresentado na XVII Reunião Anual da Anpocs, Caxambú, 1993, p. 7.

<sup>23</sup> Maria Isaura Pereira de Queiroz faz importantes esclarecimentos sobre o símbolo do bandeirante na configuração do “ufanismo paulista” (PEREIRA DE QUEIROZ, M.I. “Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário”. Revista USP (13): 79-87,1992). Acredito que a interpretação do texto de Ellis Jr. ora feita acompanha suas observações acerca da operação de aglutinação/diferenciação que ocorre na formulação das identidades para São Paulo e o resto do Brasil a partir da figura do bandeirante. No entanto, no plano mais geral das minhas afirmações discordo da proposição da construção exclusivamente paulista do mito das bandeiras, assim como da idéia de que apenas os paulistas se identificam como coletividade através das representações do bandeirante. Conforme em outro trabalho (VIDAL E SOUZA, C.Op.cit.,1996), há uma versão significativa nas narrativas de construção da nacionalidade que localiza as bandeiras como evento mítico constituidor de características permanentes de brasilidade.

Brasileiros e Brasileiras...

Note-se que em Ellis Jr. a oposição entre as duas regiões é um dos eixos estruturantes de seu argumento, que constrói a imagem de um país segmentado em porções sem organicidade, artificialmente compostas pela federação. Uma vez que as diversidades têm sua gênese na configuração racial das respectivas populações, a situação de desigualdade contém um aspecto de irreversibilidade que coloca como insuperável o desequilíbrio intra-nacional.

Seguindo as indicações do texto, a impressão que se compõe é de uma nação desejada que se representa em São Paulo e exclui o restante das partes por seus atributos inconvenientes para a reunião nacional. Assim *Primeiros Troncos...* é exemplar de um discurso regional que procura elevar uma parte em relação à totalidade, reconfigurando o mapa nacional com um sentido político muito específico de legitimação de desigualdades. Como um dos mitos fundadores de uma Brasil paulista, esse texto fixa identidades confirmativas de contrastividades internas à nação, apontando papéis históricos substancializados por determinantes de gênero e raça.

A especificidade do texto de Ellis Jr. sobressai na comparação com Cassiano Ricardo. Dois pontos são de imediato destaque. Ainda que ambos partem do bandeirantismo como evento histórico estruturante *Marcha para Oeste* contrasta com a valoração negativa do bandeirantismo em *Primeiros Troncos...* Neste último, é considerado como um “fator depreciador da gente paulista”<sup>24</sup>, quando o Planalto teria pago um alto preço pela conquista territorial visto que a saída dos homens para o interior reduziu a natalidade nessa região, como também pelo fato de que as bandeiras foram organizações com baixa reprodutividade, o que pouco orgulhava o autor admirador da fecundidade das famílias mamelucas. Em Ellis Jr., a miscigenação positiva aconteceu no Planalto através dos verdadeiros civilizadores responsáveis pela grandeza dos feitos da raça de gigantes.<sup>25</sup> O mameluco heróico estava na imagem do povoador, que trazia mulheres e crianças, passando a cultivar pequenas lavouras e a criar rebanhos;

---

<sup>24</sup> ELLIS, JR., A. Op. cit., 1934, p. 148.

<sup>25</sup> Id.,ib., p. 83.

ou seja, aquele que trouxera para o planalto a semente da civilização não era um indivíduo guerreiro e amante de refregas”.<sup>26</sup>

Outro ponto refere-se à preocupação mais totalizante de Cassiano Ricardo, notada na intenção de encontrar um sentido unívoco para a nacionalidade com a procura de um espírito bandeirante que agrega brasileiros homens e mulheres das três raças básicas. Certamente, o modelo de Brasil apresentado em *Marcha para Oeste* traz arranjo hierarquizado dos elementos que compõem o todo nacional, mas com o propósito de encontrar lugares históricos para todas as partes classificadas como gente do Brasil. O contraste geográfico encontrado em Cassiano Ricardo é litoral-sertão sem a segmentação regional proposta em Ellis Jr. quando opõe Planalto Paulista e Nordeste com vistas para argumentar sobre direito de representatividade legítima do nacional pela única parte da nação construída por uma raça de gigantes.

Na medida em que o pensamento de Ellis Jr. tem implicações políticas de exclusão e identidades desvalorizadas para uma nação ideal, o tratamento de questões de raça e gênero segue direções outras daquelas encontradas em Cassiano Ricardo. As classificações dos tipos raciais colaboradores na afirmação do gigantismo paulista negam a existência de certos elementos raciais e de modalidades de cruzamento interétnicos numa perspectiva de elevar a imagem de uma sociedade mameluca/paulista pura e incontaminada por influências deletéricas ocorridas em outras regiões do país.

São personagens da narração de *Primeiros Troncos...* apenas o homem branco, a mulher índia e a mulher branca. Pela atuação de cada um desses atores constituiu-se “uma sub-raça **fixa, eugênica**, com os seus **atributos inigualáveis** de grande fecundidade, magnífica longevidade e espantosa varonilidade”<sup>27</sup>

O referencial geográfico da narração do instante original da demografia paulista é o planalto em oposição ao interior ou sertão para onde se dirigem as bandeiras. A entrada nos sertões é que favorece o único tipo de mestiçagem aceito por Ellis Jr., quando acontece a

---

<sup>26</sup> Id., ib., p. 236.

<sup>27</sup> Id., ib., p. 83 (grifos meus).

Brasileiros e Brasileiras...

“seleção natural” entre os pioneiros povoadores brancos e as filhas de caciques. Repare-se que há aqui uma convergência de raça, gênero e posições de poder: são as mulheres mais nobres dos sertões que se combinam aos brancos, garantindo a eugenia mameluca. A concessão de suas filhas ainda indica que os chefes índios estão subordinados politicamente aos brancos. Assim, a mulher é o elemento de efetivação de uma aliança desigual entre homens.

As explicações para a generalização dos casamentos entre índias e brancos são significativas. As condições propiciatórias que foram “um excelente convite a essas ligações”<sup>28</sup> colocaram o branco na posição de seduzido diante de chamados irrecusáveis. Primeiro, a formosura de algumas índias superava o fato de diferenças raciais e justificava o desejo do conquistador branco. Por outro lado Ellis Jr. reconhece que estes tinham facilidades dadas pela supremacia de armas para realizar o “abuso das índias”; no entanto observa também que se tratava de um relacionamento desejado pelas índias, pois elas poderiam provocar tais abusos “impulsionadas pela natural inclinação preferencial pelo branco, que sem dúvida, levaria evidentes vantagens sobre o índio, no que se respeita a encantos físicos”<sup>29</sup>.

Porém, a fecunda ligação se deve sobretudo ao cenário geográfico do sertão como lugar de suspensão dos rigores morais dos homens brancos, completando a condição de sujeitos quase indefesos frente às tentações do caminho que a conquista que o retrato de Ellis Jr. acaba por construir. Eis uma interessante explicação do lugar propício para a miscigenação que é o sertão: “imagina-se o lusitano, ardoso, livre de escrúpulos e preconceitos, longe do **mulherio** branco, em meio rude, agreste e licencioso, como deveria ter ele abusado do **femeação** indígena”<sup>30</sup>.

No trecho citado sobressai uma representação da geografia (planalto-sertão) em termos de lugares da movimentação histórica dos três grupos componentes do povo paulista. No entanto a posição geográfica indica a demarcação de papéis, remetendo à função

---

<sup>28</sup> Id., ib., p. 55.

<sup>29</sup> Id., ib., p. 56.

<sup>30</sup> Id., ib., p. 325 (grifos meus).

prescrita a cada um desses grupos, e especialmente às mulheres. Surge a qualificação de tipos diferenciados do feminino, aspecto que se exprime no próprio uso de substantivos coletivos diferentes para indicar o **mulherio** branco e o **femeaço** indígena. Parece que a escolha lexical traz importantes significados em termos das representações do feminino contidas no texto de Ellis Jr..

Afastado do sertão, o planalto é o lugar de atuação da mulher branca. A típica mulher paulista, menos sujeita aos perigos do sertão, é sintetizada na figura da “matrona”, guardiã da estrutura familiar e responsável pela reprodução legítima da aristocracia paulista. Dotada de “profunda moralidade”, é tomada de “ternura maternal” em sua distinção de genitora autorizada e reconhecida dos filhos da Nação. Enfim, a mulher resguardada e mantida oculta no planalto para a união matrimonial. À índia, somente fêmea, reserva-se o papel ilegítimo, não-oficializável, de parceria na união sexual.

Quanto a outros atores neste teatro das raças, Ellis Jr. nega a participação do negro na configuração do homem paulista, o que vai distinguir a composição populacional tendente ao branqueamento de São Paulo dos caracteres mulatos do Nordeste. Justifica ainda esta ausência pela aversão notória dos habitantes do planalto em relação às mulatas.

Ainda é interessante notar como a participação indígena no “sangue” paulista é remediável, e de algum modo o autor acaba por buscar positivities na mistura branco-índia. Enquanto que a presença negra tem efeitos intransponíveis, provocando a decadência das regiões predominantemente mulatas até no estado presente em que avalia as distinções entre os povos outros do Brasil em oposição ao Povo paulista.

Quanto ao homem índio este é invisível em *Primeiro Troncos...*, posto que a ênfase é a reprodução de grupos e a miscigenação índio-branca é impensável no modelo hierarquizado de pensar o Brasil. Este detalhe de exclusão seletiva do texto de Ellis Jr. reaparece em Cassiano Ricardo e pode trazer indicações para uma problematização da reflexão sobre gênero e nação quando as narrativas nacionais trazem a preocupação com a miscigenação, ou mais precisamente, a

Brasileiros e Brasileiras...

definição de certos tipos de mistura racial e a invisibilização de outros potenciais casamentos inter-raciais.

### **Estado e Nação: valores do masculino e do feminino**

Na literatura de referência sobre nacionalismo e gênero<sup>31</sup> observa-se uma concepção do **valor como absoluto** produzindo uma crítica uniformizada em relação às diversas falas nacionalistas. A atenção às sutilezas das narrativas em seu jogo de claro-escuro com os personagens do povo nacional obriga à constatação da relativização do valor de acordo com as combinações classificatórias diferentes de gênero e raça.

A temática da miscigenação é exemplar para demonstrar que o pensamento nacional é mais complexo e menos óbvio do que fazem ver as análises. Em primeiro lugar: o suposto recorrente diz que há invariavelmente uma subordinação ideológica do feminino em relação ao masculino. Por esta via seria explicada a miscigenação entre a mulher índia e o homem branco que prevalece nos textos históricos citados, combinação racial entendida como própria do período de origem nacional pré-escravidão negra. Contudo, a união entre mulher branca e o homem índio nem é cogitada, pois a raça agora é a dimensão que orienta a hierarquia. Neste pensamento, a raça tem precedência sobre a hierarquia prescrita homem/mulher. A superioridade por ser homem é superada pela inferioridade por ser índio, relativizando o valor do gênero em função de critérios raciais de valoração. A introdução da dimensão racial, portanto, inviabiliza as afirmações que universalizam o desvalor do feminino, já que estas deixam de observar os outros componentes da atribuição de identidades aos sujeitos nacionais.

---

<sup>31</sup> Refiro-me especialmente à coletânea *Nationalisms and Sexualities*, já citada, e ao trabalho de LEMAIRE, Ria. "Relendo Iracema: o problema da representação da mulher na construção da identidade nacional". *Organon* (16), revista do Instituto de Letras da UFRGS, Porto Alegre, 1989.

A análise dos exemplos brasileiros põe em suspenso declarações como a de Lemaire<sup>32</sup> de que o feminino deve desaparecer para a construção da sociedade pelos homens. Em verdade, a construção da nação prescreve posições desejáveis ao feminino como condição para uma unidade viável do todo composto de homens e mulheres.

Por outro lado, a introdução do valor de raça demonstra que há que se fazer distinções sobre qual feminino e qual masculino que está simbolicamente subordinado ao corpo político nacional. E mais o conteúdo simbólico das localizações geográficas de homens e mulheres, pelo menos nos autores utilizados, acrescenta ele, mentos para a interpretação do valor nos mitos de origem da nação; como exemplo, a distinção entre a fêmea índia do sertão e a mulher branca do planalto em Elli Jr. , revelando que os qualificativos de “lugar” são indicadores de uma topografia imaginária que distribui homens e mulheres bem como categorias raciais.

Por fim, há nos críticos uma concordância quanto ao desvalor inerente ao papel social da mãe. Além de apressada, a colocação da maternidade como **desvalor em sí** é claramente generalizante, posto que desconsidera o contexto cultural de produção dos discursos nacionalistas. Conjugando-se a maternidade à questão da raça é possível extrair dos textos que há mães valorizadas para a Nação. Ainda: se há um desvalor da mulher (seja branca, negra ou índia) como personagem do mundo público, considerando-se que a atribuição da **construção do Estado** é feita aos homens brancos que se estabelecem no território conquistado, o serviço nacional primordial de geração dos povoadores do território pelas mulheres contém uma positividade simbólica única na tarefa de construção da Nação enquanto povo único. A crítica do valor diferenciado de homens e mulheres sustentada na dicotomia público/privado parece ser bastante rasa para dar conta de construções ideológicas complexas sobre os cidadãos de uma comunidade-Nação.

Suspeita-se, porém, que a definição da maternidade como valor negativo na literatura está agregada a uma crítica da família

---

<sup>32</sup> LEMAIRE, Ria. Op. cit..

Brasileiros e Brasileiras...

heterossexual. Caberia supor, então, que o engajamento dos pesquisadores em movimentos feministas ou de minorias sexuais leva a reclamar pela desconstrução da imagem de mulher mãe como também da concepção de família heterossexual constante nos textos que demarcam quem faz parte da Nação e qual o modo de vida apropriado aos sujeitos civis. Haveria uma confusão entre a estratégia política dos grupos com a interpretação produzida nos textos que requisitam a introdução de versões alternativas sobre a Nação.

Assim, a interpretação antes desenvolvida finda por sugerir que o que é desvalor na luta política do movimento social não quer dizer imediatamente que expresse um desvalor no plano das narrativas e mitos nacionais.